



**Processo nº** 13502.720657/2011-49  
**Recurso** Voluntário  
**Acórdão nº** 2402-009.736 – 2<sup>a</sup> Seção de Julgamento / 4<sup>a</sup> Câmara / 2<sup>a</sup> Turma Ordinária  
**Sessão de** 6 de abril de 2021  
**Recorrente** ALMEIDA JUNIOR COMERCIO LTDA  
**Interessado** FAZENDA NACIONAL

**ASSUNTO: CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS PREVIDENCIÁRIAS**

Período de apuração: 01/01/2008 a 31/12/2008

**RECURSO VOLUNTÁRIO. INTEMPESTIVIDADE.**

É intempestivo o recurso voluntário interposto após o decurso de trinta dias da ciência da decisão de primeira instância.

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos.

Acordam os membros do colegiado, por unanimidade de votos, em não conhecer do recurso voluntário, por intempestividade.

(documento assinado digitalmente)

Denny Medeiros da Silveira - Presidente

(documento assinado digitalmente)

Ana Claudia Borges de Oliveira - Relatora

Participaram do presente julgamento os Conselheiros: Ana Claudia Borges de Oliveira (Relatora), Denny Medeiros da Silveira (Presidente), Francisco Ibiapino Luz, Gregório Rechmann Junior, Luís Henrique Dias Lima, Márcio Augusto Sekeff Sallem, Rafael Mazzer de Oliveira Ramos e Renata Toratti Cassini.

## Relatório

Trata-se de Recurso Voluntário em face da decisão (fls. 123 a 134), que julgou a impugnação improcedente e manteve o crédito constituído por meio dos Autos de Infração DEBCAD nº 51.004.900-1 (fls. 2 a 20); 51.004.901-0 (fls. 21 a 30); 51.004.902-8 (fls. 31 a 48); 51.004.903-6 (fls. 49) e 51.004.904-4 (fl. 50), referente às contribuições devidas à Seguridade Social, cota patronal, SAT/RAT, as descontadas de segurado empregado e as devidas a Terceiros, incidentes sobre os valores declarados em GFIP, além das obrigações acessórias relacionadas ao CFL 78 e CFL 38.

Relatório Fiscal (fls. 54 a 63) informa que o contribuinte declarava indevidamente como optante do SIMPLES em GFIP e foram apuradas divergências entre as folhas de pagamento e os valores informados em GFIP.

A DRJ julgou a impugnação (fls. 98 a 100) improcedente nos termos da ementa abaixo:

**ASSUNTO: CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS PREVIDENCIÁRIAS**

Período de apuração: 01/01/2009 a 31/12/2010

**AUSÊNCIA DE OPÇÃO PELO SIMPLES NACIONAL. LANÇAMENTO DOS CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS DECORRENTES.**

Verificado que a empresa declarou incorretamente a GFIP como empresa optante pelo Simples Nacional, proceder-se-á a lavratura de auto de infração para a exigência do crédito tributário devido.

**ASSUNTO: PROCESSO ADMINISTRATIVO FISCAL**

Período de apuração: 01/01/2009 a 31/12/2010

**AUTO DE INFRAÇÃO. NULIDADE INEXISTENTE.**

O Auto de Infração e seus anexos discriminam de forma clara os fatos geradores, as bases de cálculo, as contribuições devidas, os períodos a que se referem e os fundamentos legais das contribuições lançadas, não havendo que se falar em nulidade.

Impugnação Improcedente

Crédito Tributário Mantido

O contribuinte foi cientificado da decisão em 24/09/2013 (fl. 137) e apresentou recurso voluntário em 29/10/2013 (fls. 138 a 144).

Sem contrarrazões.

É o relatório.

## Voto

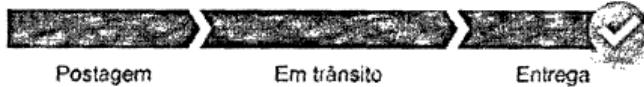
Conselheira Ana Claudia Borges de Oliveira, Relatora.

O recorrente foi cientificado da decisão da DRJ no dia 24/09/2013, conforme postagem com o código JL 366 245 418 BR (fls. 136 e 137):

<b>Destinatário:</b> ALMEIDA JUNIOR COMERCIO LTDA <b>CEP destino:</b> 48280-000 <b>Deseja declarar valor? Valor declarado:</b> <i>Valor a cobrar do destinatário:</i> Não <b>Inf. compl.:</b> INTIMAÇÃO DRF/CCI/SACAT N° 612, 613/2013, PROC N° 13502.720657/2011-49 E 13502.720658/2011-93	<b>Nº objeto:</b> JL366245418BR <b>Nº da N.F.:</b> <b>Serviço:</b> 10065 Carta Comercial a faturar <b>Peso tarifado(g):</b> 0 <b>Serviços adicionais:</b> 01 AR <b>Valor a pagar:</b> 25 RR	<b>Volume:</b> 1/1
--	---	--------------------

**JL 366 245 418 BR****Rastreamento**

O horário apresentado no histórico do objeto não indica quando a situação ocorreu, mas sim quando os dados foram recebidos pelo sistema, exceto no caso do SEDEX 10 e do SEDEX Hoje, em que ele representa o horário real da entrega.

**Entregue**

24/09/2013 17:39 MATA DE SAO JOAO / BA

24/09/2013 17:39	<b>Entregue</b>	MATA DE SAO JOAO BA
24/09/2013 14:26	<b>Saiu para a Entrega</b>	MATA DE SAO JOAO BA
18/09/2013 16:32	<b>Postado depois do horário limite da agência</b> Objeto sujeito a encaminhamento no próximo dia útil	CAMACARI BA

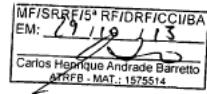
Tendo sido intimado no dia 24/09/2013 (terça-feira) tem-se que o prazo de 30 (trinta) dias para interposição do recurso voluntário começou em 25/09/2013 (quarta-feira) e se encerrou no dia 24/10/2013 (quinta-feira):



■ Feriados Nacionais    ■ Feriados Estaduais    ■ Feriados Municipais    ■ Ponto Facultativo    ■ Múltiplos Eventos    ■ Eventos Diversos

01/Jan	Ano Novo	01/Mai	Dia do Trabalho	15/Out	Dia do Professor
11/Fev	Carnaval	12/Mai	Dia das Mães	17/Out	Dia do Comércio
12/Fev	Carnaval	30/Mai	Corpus Christi	28/Out	Dia do Servidor Público
13/Fev	Carnaval	12/Jun	Dia dos Namorados	02/Nov	Dia de Finados
29/Mar	Sexta	24/Jun	Feriado Municipal	15/Nov	Proclamação da República
31/Mar	Páscoa	02/Jul	Independência da Bahia	20/Nov	Consciência Negra
01/Abr	Dia da Mentira	11/Ago	Dia dos Pais	25/Dez	Natal
15/Abr	Feriado Municipal	07/Set	Independência do Brasil		
21/Abr	Dia de Tiradentes	12/Out	Nossa Senhora Aparecida		

Ocorre que, conforme se infere do carimbo apostado na peça recursal (fl. 139), tem-se que este foi apresentado somente no dia 29/10/2013 (terça-feira):



PROCESSO: 13502.720657/2011-49

Não há nas razões recursais preliminar de tempestividade ou qualquer alegação nesse sentido.

O recurso voluntário em análise é, portanto, intempestivo por extrapolar o prazo legal de trinta dias contados da ciência da decisão de primeira instância (arts. 5º e 33 do Decreto n.º 70.235/72).

### **Conclusão**

Diante do exposto, voto por não conhecer do recurso voluntário, por intempestividade.

(documento assinado digitalmente)

Ana Claudia Borges de Oliveira